

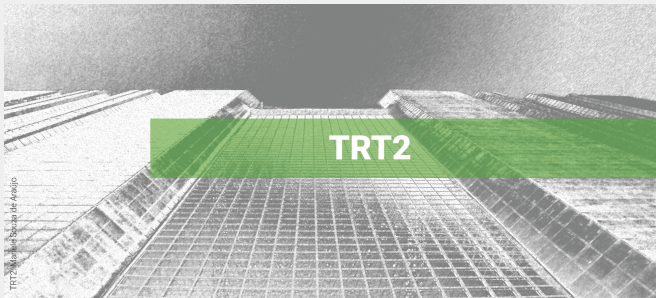
INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 10

Período: 14 a 18 mar. 2022



Edital de concurso de remoção n. 1, de 15 de março de 2022. Proad n. 8426/2022

Comunica a abertura de concurso de remoção para provimento da cadeira n. 2 na 13ª Turma e da cadeira n. 2 na Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SDC, vagas em decorrência da aposentadoria do Exmo. Sr. Desembargador Rafael Edson Pugliese Ribeiro.

Portaria n. 1/GP.CR, de 11 de março de 2022

Determina a reabertura dos prazos processuais em que a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo é parte, na forma que especifica.

Resolução n. 1/TP, de 15 de março de 2022

Cancela a Tese Jurídica Prevalente n. 14 e as Súmulas n. 43 e n. 54 do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 7/CR, de 2022

Determina a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções em face da empresa Liq Corp S.A.

Órgãos de interesse

CSJT

Ato Conjunto n. 22/CSJT.GP.GVP.GCGJT, de 10 de março de 2022
Designa os membros da Comissão Nacional de

Resolução n. 445/CNJ, de 14 de março de 2022
Altera a Resolução n. 411/CNJ, de 23 de agosto de 2021, que instituiu o Programa Intenacional "Visão Global do Poder

Decreto n. 10.993, de 14 de março de 2022
Dispõe sobre as condições para a concessão da Gratificação Temporária Sipam, criada pelo art. 15 da Lei n.

Promoção à Conciliação - CONAPROC, de que trata a Resolução n. 174/CSJT, de 30 de setembro de 2016.

Conselho Federal de Fonoaudiologia

[Resolução n. 658/CFFa, de 10 de março de 2022](#)

Dispõe sobre a alteração do Caput e do § 2º do art. 1º da Resolução n. 605/CFFa, de 17 de março de 2021, que dispõe sobre a atuação do fonoaudiólogo no ambiente escolar.

CNJ

[Resolução n. 444/CNJ, de 25 de fevereiro de 2022](#)

Institui o Banco Nacional de Precedentes (BNP) para consulta e divulgação por órgãos e pelo público em geral de precedentes judiciais, com ênfase nos pronunciamentos judiciais listados no art. 927 do Código de Processo Civil em todas as suas fases processuais.

[Resolução n. 446/CNJ, de 14 de março de 2022](#)

Institui a plataforma Codex como ferramenta oficial de extração de dados estruturados e não

Judiciário".

[Portaria n. 82/CNJ, de 15 de março de 2022](#)

Altera a Portaria n. 178/CNJ, de 5 de novembro de 2019, que dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes do Conselho Nacional de Justiça.

Poder Executivo

[Medida Provisória n.](#)

[1.106, de 17 de março de 2022](#)

Altera a Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para ampliar a margem de crédito consignado aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e para autorizar a realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e de programas federais de transferência de renda, e a Lei n. 13.846, de 18 de julho de 2019, para dispor sobre a restituição de valores aos cofres públicos.

[Medida Provisória n.](#)

[1.107, de 17 de março de 2022](#)

10.667, de 14 de maio de 2003.

[Decreto n. 10.996, de 14 de março de 2022](#)

Altera o Decreto n. 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

AGU

[Portaria Normativa](#)

[n.14/PGF.AGU, de 11 de março de 2022](#)

Disciplina, nos termos dos artigos 190 e 191 da Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, a celebração de negócio jurídico processual - NJP em processos judiciais relativos a créditos inscritos em Dívida Ativa, em que as autarquias e fundações públicas federais representadas pela Procuradoria-Geral Federal sejam parte, e dá outras providências.

Ministério da Economia

[Instrução Normativa n.](#)

[12/SGP.SEDGG.ME, de](#)

estruturados dos processos judiciais eletrônicos em tramitação no Poder Judiciário Nacional e dá outras providências.

Portaria n. 80/CNJ, de 15 de março de 2022

Regulamenta o procedimento de escolha da sede anual do “Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário”, instituído pelo art. 3º da Resolução n. 316/CNJ, de 22 de abril de 2020, e disciplina as regras de sua realização.

Institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores - SIM Digital e altera a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452/1943, a Lei n. 8.036/1990, e a Lei n. 13.636, de 20 de março de 2018, para estabelecer medidas de estímulo ao empreendedorismo popular e à formalização dos pequenos negócios.

14 de março de 2022

Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC sobre os pagamentos relativos às indenizações e às devoluções relacionadas às férias, à gratificação natalina e às indenizações à servidora pública gestante ou ao adotante, decorrentes de vacância de cargos efetivos ou em comissão ou de dispensa de função de confiança.

Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal